

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

1 Ata da Reunião Ordinária de Junho do CEDM/PR

2 Aos onze dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às nove horas e vinte minutos em primeira chamada e
3 em segunda chamada as nove horas e trinta e cinco minutos, período da manhã, no Palácio das Araucárias
4 localizado a Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, Sala Fani Lener, nesta capital, foi realizada a Reunião Ordinária
5 do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná. Abertura, senhora Jane Vasques, Secretária
6 Executiva, dá as boas vindas aos presentes e solicita que Conselheiros se apresentem, assim como todos os
7 convidados. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia Conselheiros Representantes
8 Governamentais, Mara Sperandio, representante da Secretaria de Justiça, Trabalho e Família SEJU/DGDM, ,
9 Tatiani Macarani suplente da SEJU/DGDM Ana Raggio representante da Secretaria de Estado da Justiça,
10 Trabalho e Direitos Humanos SEJU, Silvia Castro, Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação
11 Geral SEPL, Joseli Collaço Titular da SUDIS, Marcia Rejane Vieira Marcondes Titular da Secretaria de Estado
12 de Segurança Pública e Administração Peitenciária SESP, Bernadete Carraro representante da SESA
13 Conselheiros Representantes da Sociedade Civil, Maria Isabel Pereira Correa Titular, da União Brasileira de
14 Mulheres UBM/PR; Carmem Regina Ribeiro Vice-Presidente do CEDM/PR, da Rede Feminista de Saúde;
15 Giana De Marco, Titular Grupo Dignidade; Ivanete Paulino Xavier Titular da Rede de Mulheres Negras do
16 Paraná, Alzimara Cabreira Fraga Bacellar Suplente da Federação de Mulheres do Paraná, Tania Cristina de
17 Castro Ribeiro Titular da Central Integrada de Apoio Familiar, Marcell de Camargo Suplente da Central
18 Integrada de Apoio Familiar. Colaboradores e Convidados (as), Janaína ...CAOP Direitos Humanos MP PR;
19 Cláudia Martins de Souza, SESP PR, Silvane Farah Assessora do SEJUF/DGDM, Helena de Souza Rocha
20 OAB/PR, Carla Aguiar SESA Engajamento a Violência, Valdênia Ferreira Interconselhos-SUDIS – Andrea
21 Quadros ALEP – Deputada Mara Lima. Apreciação e Aprovação da Pauta. Justificativa de atas ,prontas dos
22 meses de fevereiro, Março, Abril e Maio serão encaminhadas ao e-mail das conselheiras para contribuições e
23 aprovação. Informes da SEC/CEDM; Indicação Presidência Governamental; Monitoramento do Plano
24 Estadual dos Direitos da Mulher 2018/2021; Reunião Ampliada do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher;
25 Aprovação da Proposta "Recomendações aos municípios da V Conferência Nacional de Políticas para
26 Mulheres"; Dia Nacional da Mulher 30 de Abril de 2019; Informes. Justificativas de ausências, - Herminia
27 Regina Bugest Marinho -SETI- Maria Lucia Gomes – ASSEMPA - Carolina Bolfe Poliquese-SESA. Indicações
28 Governamentais, processo em nomeação- - Ofício 027/2019/DG – Solicitação de Substituição das
29 Representantes Governamentais na Coordenadoria da Política da Mulher em trâmite: - Silvane Farah - em
30 substituição a Tatiani Macarini- Ofício 214/2019/GS - Solicitação de Substituição das Representantes
31 Governamentais Secretaria de Planejamento em trâmite- Silvia Helena de Castro em Substituição Louise da
32 Costa e Silva Garnica- Ofício 32/2019 - Solicitação de Substituição das Representantes da FAMOPAR- Silvana
33 Rausis Fcachenco em substituição Marines Bernardi. Ofícios - Ofício 0026/2019-ADH – Ofício em resposta ao
34 ofício 010/2019 do CEDM/PR, referente ao assunto Convênio ou Voluntariado na Casa da Mulher Brasileira,
35 foi encaminhado a todas as Conselheiras. Porém algumas não receberam e a Secretária Executiva informa
36 que o e-mail do CEDM esta com problemas e será enviado novamente, neste momento a Conselheira
37 Carmen, informa outras justificativas de ausência da Conselheira Anacelie Azevedo, da conselheira Alzimara
38 Bacel e a secretaria executiva informa a justificativa da conselheira Jussara Ribeiro representante da SEAB.
39 Pauta Aprovada. A conselheira Maria Isabel pergunta se não tem mais a Palavras das Conselheiras no ponto
40 de pauta, a Vice Presidente informa que tem, porém não esta na pauta., que na próxima reunião estará.
41 Reunião prossegue com a palavra da Vice Presidente com o ponto de pauta sobre a Violência Sexual no
42 Paraná, a Vice Presidente Carmen, informa enquanto ajusta-se a apresentação, informa que recebeu
43 denuncia da conselheira de nome Rosalina, sobre o ônibus lilás que foi visto fazendo campanha de
44 vacinação, a Diretora do Departamento Mara Sperandio informa que não tem conhecimento deste fato e que
45 talvez não seja o mesmo ônibus, pois dois ônibus estão na garagem, a técnica Sivane Farah, informa que o
46 ônibus lilás, não tem agenda para Londrina e nem teve este ano, a Chefe do Departamento Mara Sperandio,
47 informa que o objetivo do ônibus enfrentamento a violência ,mas que pode ser usado para algo que agregue a
48 mulher, sem perder o objetivo, informa que fez o serviço de enfrentamento a violência e depois fez vacinas de
49 hepatite em Porecatu, que o ônibus lilás acompanha as ações do Paraná cidadão, a conselheira Alaerte ,pede
50 que seja enviado por e-mail a agenda do ônibus Lilás, para que as conselheiras tenham estas informações
51 para que possam fazer a divulgação das ações, a técnica Silvane informa que irá enviar todo final do mês a
52 agenda do ônibus, a conselheira Maria Isabel se manifesta de acordo com a Conselheira Alaerte e ressalta
53 que não se pode esquecer a luta e que o ônibus lilás veio de uma luta grande, a partir da CPMI da violência
54 contra a mulher me 2012, que o Paraná a época estava em terceiro lugar, que foi um movimento feminista
55 muito grande, que demorou muito tempo para que esses ônibus fossem colocado em ação,que obrigação das
56 conselheiras de prezar para que estes ônibus de fato cumpra a sua função, ainda que seja agregado a outras
57 funções, não pode ser mais forte e influente do que o trabalho pra que ele foi determinado ,pois e fruto de
58 muita luta, a chefe do departamento Mara concorda, e acorda em passar a agenda. A conselheira Bernadete
59 Carraro, representante da SESA, que apresentará os dados da violência, inicia cumprimentando a todos e
60 informa que os dados mais recentes que tem,porém pede desculpas por não ser bem atualizado,porém este
61 dado é bem do inicio de 2019,que o trabalho dentro do contexto legal,que a Lei que rege é a Lei maria da

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

penha , e que esta apresentação o rege são dados oficiais de dentro da SESA ,e a leis, decretos e portarias falam que cada instituição , quais o dever e função de cada um , médicos, psicólogas, enfermeiros, assistentes sociais e bioquímicos que precisa para desenvolver o programa com seus deveres e obrigações de fazer o atendimento integral na unidade de saúde ,quando chega pessoas vitima de violência sexual antes de 72 hrs, é encaminhado para hospital de referencia regional de saúde, a Lei fala que todos os postos de saúde teria que fazer o atendimento, porém não há estrutura para isso e que custo e beneficio não justifica, então se faz todo o atendimento profilático e cuidado que ela precisa e depois encaminha para o hospital de referência, e as que chegam com mais de 72hrs tem fluxo de atendimento tanto da atenção primaria quanto da secundária ou terciária , e a resolução da SESA e SESP esta em estudo sendo elaborado a atualização, segue a apresentação com os dados criminológicos solicitados, com a comparativa dos anos de 2015,2016,2017 e 2018, qual a frequência e qual o aumento da violência sexual contra as mulheres conforme a idade , e no gráfico tem uma prevalência de um a quatro anos e depois de vinte a vinte nove anos, e se vê que aumenta na mesma proporção mesmo com o passar dos anos ela aumenta na mesma proporção ou seja, mesmo em quatro anos se vê que a incidência da violência prevalece de 1 a 4 anos e depois de 20 a 29 ela aumenta da mesma forma independente do ano se tem estas duas fases criticas na idade, estes dados são de março de 2019, estes dados também de março de 2019 que a violência no sexo feminino na segunda faixa etária se tem a maior incidência dos 10 aos 14 anos de assedio sexual, estupro, pornografia infantil e exploração sexual, e no menor de um ano de idade tem algum dado que acha-se que é erro de preenchimento na ficha de notificação, que esta tentando corrigir e que todos os anos se faz capacitação, uma vez que o publico na atenção primaria é muito rotativo .tem que esta sempre investindo na capacitação principalmente no preenchimento da ficha , ou seja conforme o gráfico em todas as idades tem pornografia infantil , então acha-se que é erro de preenchimento e não a pornografia infantil, visto isso trabalha-se este levantamento em todas as partes tanto burocrática como levantamento entre pais onde é possível melhorar na questão da violência , conforme gráfico se vê que por sexo dos 85 a 9 anos a incidência de violência no sexo masculino é maior do que no feminino e depois dos 10 anos em diante a violência e bem maior no feminino,também se fez um levantamento por regional de saúde e que a região metropolitana sempre vai se destacar por que foi um serviço que se conseguiu implantar totalmente nas regionais de saúde e com mais estrutura e onde as pessoas estão mais conscientes da importância da notificação e com o território maior que é Curitiba e região Metropolitana e por isso sempre vai se sobressair, mas o que chama atenção é Foz do Iguaçu que tem um destaque maior devido ser região de fronteira onde tem violência sexual maior principalmente nas mulheres , e Maringá e Londrina, onde é rota de caminhoneiros onde tem uma incidência maior de violência e por isso se trabalha com maior propriedade nestas regionais, eu aspecto importante que é Londrina, bastante forte a violência na criança e no adolescente, e que em Guarapuava por ser uma cidade bem característica universitária é bem acentuada nos adolescentes e jovens ,que em Telêmaco Borba ano que em terá um problema serio devido a instalação de mais uma fabrica da Klabin , que nestes casos, conforme dados ocorrem muita violência sexual exploração sexual com jovens e adolescentes, pois são dados ,pois já ocorrem quando há instalação de fabricas grandes com pessoas de fora, onde ocorre o aumento do índice ,que já estão trabalhando com esta prevenção. A conselheira Alaerte ressalta que quando a Votorantim abriu a fabrica em Adrianópolis no Vale da Ribeira, aconteceu o mesmo, e que os próprios pais, mães e avós das menina incentivavam para que suas filhas engravidassem para garantir o futuro, pois a cidade tem um dos menores IDH do Estado, com mil homens empregados que o trabalho precisa ser feito um trabalho grande intersetorial, a conselheira que apresenta fala que este trabalho precisa ser feito inclusive com as escolas, e que teve uma instalação de uma subsede da klabin no Município de Ortigueira e que aumentou muito a incidência da violência por lá, e que quando se tem estas interferências se vai aprendendo com estas situações para adotar medidas preventivas, que sempre conta com a Secretaria de Educação que tem um grande poder para auxiliar com a conscientização, destaca-se no gráfico da apresentação pela faixa etária segundo raça e cor e que no total dos habitantes a incidência da violência sexual é maior na cor branca devido a colonização Italiana, Alemã e Polonesa do Paraná, que na proporção entre as cores se vê que a parda tem uma proporção bem maior que no geral, mas no Paraná e na branca em todas as idades e na indígena a incidência e muito pequena devido a cultura deles, tem que se respeitar a cultura que e diferente na hora do preenchimento desta ficha, segue com outros dados que é o local da ocorrência, que a maior parte da violência é cometida dentro da residência em segundo lugar em vias publicas e outros que não consegue esclarecer e em terceiro local ignorado, ainda a violência domestica prevalece como local de maior

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

115 ocorrência , nos dados , quem mais agride o adolescente, contata-se que é o pai e a mãe, a violência
116 doméstica prevalece e na adolescência também o pai a mãe, usam da criança até pra conseguir parte
117 econômica e um bom casamento,também tem levantamento de dados de qual violência mais prevalece nos
118 idosos, vem a violência física em primeiro, depois a violência psíquica social e a moral. Foi feito um
119 levantamento quanto ao trabalho da SESA no enfrentamento a violência, o que a SESA faz no programa ,
120 organiza o fluxo e contra fluxo dentro da secretaria de saúde, e depois se faz intersetorial com outras
121 secretarias, para encaminhamentos necessários e reforçando que o acolhimento no atendimento é a parte
122 mais importante não só na violência,como nos outros tratamentos,ações de promoção da saúde, cultura da
123 paz e comitê da violência, destacando a resolução e informando que o trabalho é feito em cima da resolução
124 junto com a SESP, deste trabalho foi criado um protocolo de atendimento as pessoas vitimas de violência
125 sexual, sendo que esta sendo revisado para ser feito atendimento as pessoal em situação de violência, sendo
126 que dá para seguir este protocolo para outras violências, tendo dentro deste protocolo um capitulo especial
127 para pessoas vitimas de violência sexual e dentro deste capitulo ,um especifico para mulheres, mas
128 englobando em um só para ser mais rápido e pratico para o funcionamento de quem trabalha com esta
129 dinâmica, então é meio complicado para primeira vez mas assim independente da onde vem né se se a vítima
130 chega pelo SAMU ou pelo SIAP, se ela procura atendimento direto na Upa que funciona só no período
131 comercial,UPA 24 horas ou Centro de Especialidades ou Hospital, em qualquer serviço de saúde que ela
132 procura assistência a gente vai acolher vitima de violência sexual vai fazer o que vai fazer a ficha de
133 notificação se for o caso de ser resolvido ali mesmo onde ela procurou serviço para ser resolvida mas se
134 precisar tem o fluxo para que ela procure um serviço mais especializado e seja encaminhada, mas sempre
135 independente disso ela faz o tratamento e volta para a unidade de referência que a atenção primária para
136 continuar o tratamento por quê não é em uma consulta que vai resolver o problema dela, ela precisa de um
137 tratamento psicológico, um infectologista, então precisa continuar sendo acompanhada, e precisa ser
138 encaminhada pra rede de proteção social, SUAS, Direitos Humanos, Segurança Pública, diante de tudo isso
139 vai achar uma avaliação, qual o tipo da violência que ela sofreu se física ou psicológica, inteligência ,abandono
140 ou privação de cuidado ,para a gente também saber os direito da rede de proteção dentro da Saúde junto com
141 as secretarias e com a rede de proteção social, neste ponto também se esclarece como se trabalha com
142 vitima de violência sexual antes e após 72 horas, como se deve proceder, se tem uma senhora, uma mulher
143 que procurou o serviço após 72 horas, se faz a realização dos exames laboratoriais vai fazer a notificação,
144 encaminhar ela para o atendimento psicológico, orientar ela que tem direito a fazer a denúncia, marcar retorno
145 para ela, para ver se a violência das DSTs dela foi alta ou baixa esse tratamento precisa de infectologista ou
146 não, ver se o exame dela deu positivo ou não, pois depois de 72 horas não adianta anticoncepcional, verificar
147 se ela vai querer ou não continuidade dessa gravidez ou se ela vai interromper, daí pode ser no máximo de 20
148 semanas o tempo legal se ela vai querer fazer a doação da criança, se ver o que pode ser feito, por que, nem
149 sempre essa mulher chega em tempo hábil para que se possa fazer algo por ela encaminha-se ela para o
150 serviço de atendimento a gestação de prioridade, este acompanhamento não só pelo clínico mas também pelo
151 psicológico, se vai ficar com ela até 72 horas então que se faz o anticoncepcional regional de saúde para fazer
152 a profilaxia para sexual eu não consigo ter esse Coquetel caro com validade muito curta, por isso não tem em
153 unidade de saúde somente nos Hospitais Regionais. A apresentação completa encontra-se publicizada no site
154 <http://www.cedm.pr.gov.br/pagina-24.html>. Encerra a apresentação da SESA, a Vice Presidente Carmen
155 Ribeiro agradece, e menciona que o conselho tem uma preocupação grande especialmente com a violência
156 sexual contra a mulher por que as consequências da falta de atendimento imediato, são muito graves, uma
157 delas é a gravidez, então tem que se prever sempre, não se sabe, onde esta mulher vai primeiro, quem dará
158 este direcionamento, e a segunda preocupação é o serviço publico, junto com a segurança pública, por que
159 fazer a intersetorialidade não é fácil então eu acho que essa é uma das atribuições do Conselho, a gente
160 detectar onde estão estas fragilidades principalmente nesse processo de integração, por que a gente tem o
161 privilegio de está em contato com todo mundo que mexe com a questão, no ano passado esta questão veio
162 para o conselho e fomos ao diretor do IML e ele não tinha conhecimento que existia este programa, enfim
163 muda o Diretor e muda tudo novamente por isso insiste-se como está funcionando esta referência da rede
164 hospitalar da violência sexual, da posição do IML ,esta situação de falta de médico é recorrente, por isso tem
165 que marcar uma reunião com a SESA e o IML para ter direção do que esta acontecendo. A Representante da
166 OAB-PR Helena se pronuncia com dois questionamentos a fazer e um deles é sobre questão da
167 notificação a partir da nova lei de importunação sexual que também mudou o crime de estupro que passou a
168 ser.... Incondicional, temos tido uma discussão com o HC que tem tido um entendimento deles que há a
169 necessidade de notificar as autoridades policias que antes era facultável a vitima fazer esta notificação ou não
170 e eles estão fazendo de forma automática, quando a mulher é atendida necessariamente este relato é
171 encaminhado para autoridade policial e gostaria de saber se isso esta acontecendo nos outros centros de
172 referências, pois a preocupação é de que essas mulheres parem de procurar a atenção da saúde com medo
173 de ser encaminhado a autoridade polícia, que talvez seja a pior das consequências desta nova Lei, a forma de
174 como ela esta sendo lida e aplicada,esta é uma preocupação muito grande da Dra. Sandra aqui eu não sei
175 como é que está repercutindo nas outras regionais.

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

176
177 de saúde e na unidade primária de saúde e que tem uma qualidade muito p*** e se eu deixar a nossa unidade
178 de saúde eu vou ter muito desperdício porque a validade dele e daí não dá mais para ninguém usar então te
179 concentra no serviço no hospital de Regional de referência dele chega lá e já recebe esse hotel e já recebe
180 todos os cuidados de emergência aí já oferece na própria unidade de serviço primário ou secundário pode
181 entrar com a mulher também tem outros problemas que o uso de anticoncepcional lá no hospital e no caso
182 seria feito o que é um outro ponto de fragilidade conversando com o que a gente vai levar daqui para frente
183 porque tantas essa como SESP então é um assunto Nossa diretoria com a diretoria do IML estão conversando
184 aumento nas regionais do movimento que tu fez e agora em andamento e estudando e esse daqui então tem
185 que voltar depois que foram realizados os resultados e da gestante como idoso como adulto do Adolescente
186 da criança do está bem completo e prático né a criança tem até conforme o peso ou conforme a massa
187 corpórea que são dois parâmetros que podem ser realizadas no caso de gestante também tem algumas
188 medicações que ela não pode tomar devido ao trimestre de gestação Então nesse resumo do Inter fez ele tem
189 como saber qual a medicação que pode como pode ser dado e tem uma coisa que se batalha bastante
190 divulgado bastante se mate só para ficar ver slime de 600 não sei se é de maneira geral estes são os dados.
191 Encerra a apresentação da SESA, a Vice Presidente Carmen agradece, e menciona que o conselho tem uma
192 preocupação grande especialmente com a violência sexual contra a mulher por que as consequências da falta
193 de atendimento imediato, são muito graves, uma delas é a gravidez, então tem que se prever sempre, não se
194 sabe, onde esta mulher vai primeiro, quem dará este direcionamento, e a segunda preocupação é o serviço
195 publico, junto com a segurança pública, por que fazer a intersetorialidade não é fácil então eu acho que essa
196 é uma das atribuições do Conselho, a gente detectar onde estão estas fragilidades principalmente nesse
197 processo de integração, por que a gente tem o privilegio de está em contato com todo mundo que mexe com a
198 questão, no ano passado esta questão veio para o conselho e fomos ao diretor do IML e ele não tinha
199 conhecimento que existia este programa, enfim muda o Diretor e muda tudo novamente por isso insiste-se
200 como está funcionando esta referência da rede hospitalar da violência sexual, da posição do IML ,esta
201 situação de falta acontecendo. A Representante da OAB-PR Helena se pronuncia com dois
202 questionamentos a fazer e um deles é sobre questão da notificação a partir da nova lei de importunação
203 sexual que também mudou o crime de estupro que passou a ser.... Incondicional, temos tido uma discussão
204 com o HC que tem tido um entendimento deles que há a necessidade de notificar as autoridades policias que
205 antes era facultável a vítima fazer esta notificação ou não e eles estão fazendo de forma automática, quando a
206 mulher é atendida e necessariamente este relato é encaminhado para autoridade policial e gostaria de saber
207 se isso esta acontecendo nos outros centros de referências, pois a preocupação é de que essas mulheres
208 pararem de procurar a atenção da saúde com medo de ser encaminhado a autoridade policial, que talvez seja
209 a pior das consequências desta nova Lei, a forma de como ela está sendo lida e aplicada, sta é uma
210 preocupação muito grande da Dra. Sandra, aqui eu não sei como é que está repercutindo nas outras
211 regionais. A Conselheira Bernadete relata que como saúde todo e qualquer procedimento que vá fazer ,tem
212 que ser informado a paciente, e que inclusive qualquer remédio que se dê ao paciente tem que ser informado,
213 deste modo explica que tem que está orientando todo e qualquer coleta de vestígio que se faça, tem que ligar
214 para a delegacia por que pode virar processo, mas entendi que esta não é a hora apropriada de informar a
215 paciente, mas se virar um processo tem que haver as provas, porém ate que se ache uma solução melhor
216 esta sendo informado desta forma, mas com conversa, orientação, com psicologo se depois ela vai descobrir
217 que foi que partiu do hospital porque o único lugar que ela procurou foi o hospital foi a unidade de saúde
218 serviço saúde e daí eu não vou perder só essa mulher vou perder todas as outras, tem muita gente que olha
219 para mim e fala assim mas é só não faz promoção na violência não faz promoção da saúde e nossa eu acho
220 que ele faz com o que se eu consigo fazer esse trabalho que a gente vive falando das mulheres procurar de
221 serviço em 72 horas eu consigo a fornecer os antirretrovirais e anticoncepção de emergência que eu estou
222 evitando uma gravidez não desejada, um aborto clandestino, estou prevenindo as DSTs, como
223 AIDS, CLAMÍDIA, SÍFILIS, HEPATITE, mas tem empecilhos, e não se consegue unir tudo que tem que se fazer
224 enquanto saúde e trabalhar junto com esta rede de proteção e esclarecer que ela precisa tomar atitudes, pois
225 é um momento de muita fragilidade, neste momento na coleta dos vestígios, antes de ligar para a
226 delegacia, mas se entende e estamos achar uma solução por que sabemos que não é o melhor momento, mas
227 são as mulheres com menos de 72 horas, com mais 72 horas, orientamos que procure a delegacia, a
228 representante da OAB ,informa que é uma preocupação muito grande da instituição e até estão pensando em

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

229 fazer um debate mais amplo a respeito disso dessa questão, porque eu acho que algo que ainda vai ter
230 desdobramentos, segue dizendo que ficou na dúvida porque os dados são gerais sobre as violências vocês
231 tem um levantamento da rede assim as referências e tudo mais, não o que nós temos sempre em cima das
232 fichas de notificação, não consegue indicadores, não conseguimos ainda, por que a maioria entra no
233 hospital, como queda, surto psicótico então estamos tentando achar a maneira de se fazer isso, mas o inl tem
234 uns dados muito bom, mas em cima do atendimento deles e para o aborto legal são quatro hospitais
235 regionais, desculpa mas assim chega no hospital os exames são realizados procurou e falou que está grávida
236 e é vítima de estupro então não todos os exames como se fosse um pré-natal normal né inclusive a ultrassom
237 infelizmente tem muitas mulheres que nos procuram dizendo que é vítima de violência sexual e não bate os
238 dados, se aproveita do programa para fazer um aborto que seja realmente dentro da Lei, porém é feito todos
239 os exames e ela encaminhado para o hospital de referência para aborto dependendo da macro região que
240 pertence e quando chega nesse hospital ela passa pela equipe multiprofissional em atendimento do médico da
241 enfermeira do psicólogo da assistente social do farmacêutico e são refeitos os exames novamente para ter
242 certeza que tá dentro dos parâmetros que prevê a lei de interrupção da gravidez legal, eu fiquei assustada
243 com o numero de pessoas que informam que foram vitima de abuso e depois se descobre que não foram e
244 querem fazer como se fosse, tem toda uma parte burocrática, fazer o termo de consentimento do próprio
245 punho e escrever o que aconteceu com ela, fazer o termo de consentimento, é tudo muito bem legalizado e
246 realizado eu tenho muitas que chegam lá no hospital e elas já vão chegar lá e já irão para o centro cirúrgico e
247 fazer o aborto e não é assim. A conselheira Giana de Marco se manifesta dizendo que quando a gente está
248 falando sobre a violência contra mulher a gente se aumenta lembra de casos muito específicos, como a
249 mulher TRANS, e o homem trans são dois duas populações muito visadas infelizmente nessa questão de
250 exploração sexual e o homem trans que sofre estupro corretivo aquela situação, e a gente vê os dados eu tô
251 sem os dados aqui agora, não recebi ainda, mas os dados vamos assim do mal atendimento em sentido de
252 falta de uma capacitação de saúde especialmente na questão do atendimento psicológico se atentar pra este
253 tipo de suporte específico, quando um homem trans chegar lá vítima de estupro ele tem que ter o mesmo
254 atendimento que é destinado para mulher, e a mulher trans também de ter este atendimento com o olhar de
255 que é uma pessoa que precisa de atendimento psicológico e tudo mais, um atendimento específico dessa
256 população especialmente na questão do psicológico. Então na verdade é só uma lembrança né, eu não sei se
257 quando há esta conversa se atenta pra este tipo de atendimento se isso é lembrado, só uma lembrança para
258 o protocolo, a gente faz para atender a população total de 0 a 100 anos, então da impressão de que quando
259 agente faz o protocolo não se atenta a este detalhe, porém no momento da capacitação por que a medicação
260 vai ser a mesma, agente atualiza os profissionais de saúde a também trabalhar a mudança de conduta de
261 hábitos, inclusive ligado ao nome social, inclusive já tem a ficha com o nome social, mas é um assunto muito
262 novo, delicado muito gente tem medo de lidar com isso, mas agente trabalha a capacitação, para trabalhar
263 com equidade, a conselheira Giana relata que em muitos casos, que já é difícil chegar lá, a pessoa estupro
264 como é que fica até a pessoa ser atendida passando de pessoa em pessoa, já passa por constrangimento, eu
265 digo isso por que eu como advogada recebo ligações de outros colegas com casos que não conseguem
266 conversar, eu tenho atendimento às vezes até muito menos íntimo do que um profissional de saúde de uma
267 pessoa, por isso que eu digo que não vai aparecer nos protocolos de forma geral. A Conselheira Ana Raggio s
268 e manifesta dizendo que na verdade tem algumas coisas que eu anotei e inicialmente eu queria trazer para o
269 conselho que existe desde 2005 uma legislação que autorizou a criação do Conselho de proteção a vítimas de
270 abuso sexual e determinou a regulamentação da Lei, é o COPEAS e esse Conselho por determinação do
271 nosso secretário de estado, esta sendo reativado, só que ele tem uma formatação diversa, ele não tinha
272 previsão de sociedade civil no conselho ele não tinha as competências dele eram basicamente garantir o
273 atendimento da mulher vítima de violência sexual e aí a gente está retomando esse conselho e fez algumas
274 reuniões com alguns alguns colegas que fazem parte de gramas dessa rede então a Bernadete esteve pela
275 SESA, a Mara teve como representante do departamento da mulher, a Márcia tem acompanhado pelo
276 trabalho nas delegacias e a gente chamou também a Helena, infelizmente não conseguiu né agora pela OAB
277 na cevid, mas a gente tem focado no tanto a rede que trabalha com relação à Criança e Adolescente porque
278 afinal de contas é o maior público né chega se 80% das vítimas de abuso sexual mas também com as
279 mulheres então, a ideia agora a gente fez uma minuta de decreto para regulamentar o conselho ele vai ter
280 tanto sociedade civil como governamental na sua formatação ele vai ser então agora a gente tá fazendo um
281 processo de consulta às instituições que estão citadas então a saúde, educação, Assistência Social vão ser
282 consultadas informando na verdade que elas são parte desse conselho e depois ele vai então para o
283 encaminhamento do Decreto para a função governamental para ele ser de fato regulamentada, a ideia então
284 para gente retomar quando a gente tiver com esse processo de eleição sociedade civil, a ideia para mim é
285 trazer aqui para o conhecimento das integrantes da sociedade civil para que participem, a gente também quer
286 fazer isso junto ao CEDCA, afinal de contas é um conselho que também tem uma atuação importante e área
287 de conselhos tutelares também está prevista para ter representação, fora isso a gente tem trabalhado Então
288 essa a gente tem feito algumas reuniões sobre esse assunto eu fiquei pensando se não seria interessante a
289 gente ter uma uma publicação com esses dados que a SESA trouxe, eu não sei a possibilidade de fato se há

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

290 interesse do Conselho em publicar de alguma forma esses dados para que a gente tem um compilado sobre
291 uma análise sobre a violência sexual no estado do Paraná como que tá aí isso então às vezes é interessante
292 mostrar como ele como tá esse diagnóstico para que a gente trazer a relevância de atenção a este público aí
293 se a gente for fazer essa publicação eu penso que tem alguns recortes que seriam importantes então entrou
294 raça cor mas eu acho que faltou entrar talvez alguma coisa relativa outros segmentos sociais como de etnia ou
295 raça em geral né que a gente trabalha então não sei se tem a identificação de populações tradicionais como
296 ciganas como populações e comunidades tradicionais talvez fosse importante que então eu não lembro se na
297 ficha de notificação de violência tem isso mas era interessante dar uma olhada acho que uma diferença entre
298 Rural e Urbana população rural e urbana é bem importante por que vejo uma diferença bem grande pra frente
299 eu vejo uma outra questão que é a população LGBT, então senti falta de um recorte em relação a lésbicas e
300 bissexuais porque eu sei que isso tem na notificação e travestis transexuais e sobre o que a gente tava
301 trazendo eu acho importante apontar que os protocolos da saúde ainda tem problemas com relação ao
302 homem trans, mulher trans então o homem trans que precisa passar por uma ginecologista para quem não
303 entende isso a gente se refere ao que a pessoa se apresenta e não o que ela é biologicamente socialmente
304 Não interessa se ela nasceu com pênis ou vagina interessa como ela se apresenta, eu vou chamar de homem
305 trans a uma pessoa que nasceu com vagina mas se apresenta como um homem, e eu vou chamar de mulher
306 trans a pessoa que nasceu com pênis mas se apresenta como mulher, é óbvio que a pessoa que não vai
307 ignorar toda construção que ela teve e chamar ela de homem de volta ou chamar ela de mulher de volta, então
308 eu chamo por aquilo que ela se apresenta mulher trans é a pessoa não interessa o sexo biológico que se
309 apresenta ,como mulher homem trans é uma pessoa que se apresenta como um homem então para os
310 homens trans existe uma dificuldade é algo que precisa trabalhar porque como que eu vou vou justificar o uso
311 do anticoncepcional para um homem, não é uma pílula e todas essas coisas são bem marcadas por códigos
312 dentro da unidade de saúde, né o repasse da verba daqueles atendimentos vai depender do código que são
313 utilizados então se a pessoa se a pessoa não vier com o nome retificado, tudo bem é fácil, mas se ela vier
314 com o nome gênero retificado que é um processo bem simples atualmente é só ir no cartório, e se vai começar
315 aparecer e o estupro corretivo é algo extremamente comum em toda a população LGBT então tanto tratar
316 alguém como mulherzinha como tratar a lésbica como mulherzinha então tudo vai passar por esse processo
317 de estupro corretivo, então acho que é bem para frente a gente vai apresentar porque de alguma forma é
318 preciso explicar sim no protocolo de atendimento como que você vai atender o homem trans sendo que os
319 códigos não vão bater, então eu acho que ela vai ter que entrar no protocolo sim, apesar de entrar na
320 capacitação, por fim a gente tava com a última reunião do COPEAS surgiu como uma ação para ser pensada
321 a dificuldade que se está no número de peritos né então a SESA liberou oito peritos para atendimento e agora
322 só tem quatro fazendo então eu acho que é uma questão que de fato como a Caminha falou é preciso retomar
323 esse diálogo. A conselheira Bernadete informa que o atendimento de saúde tá tentando fazer o melhor
324 possível, porque as vezes o que pode falhar seria na notificação de não ter saído mas é uma coisa que tá bem
325 preocupado com essa questão dele e orientação sexual, em relação publicação que pode fazer isso sim, eu
326 não trouxe dados mais específicos porque como eu falei eu fiquei sabendo realmente em cima da hora, eu
327 tinha no meu computador salvo então não pode ser mais abrangente a publicação e pode fazer nada só que
328 assim como todas as empresas e instituições têm seus protocolos eu não posso dizer sem ter uma
329 autorização, mas me dando um tempinho eu posso conseguir esses dados bem atualizado sem problemas,
330 até a Beth aqui pediu para mim se eu posso liberar ou não, porque não depende de mim, a conselheira Ana
331 comenta que não seria uma crítica que a SESA faz um trabalho ótimo pra população LGBT, porém só pra
332 pontuar. A conselheira Maria Isabel fala que inicialmente queria te parabenizar pela apresentação excelente e
333 pedir se você pode deixar para nós do conselho, uma preocupação é que os hospitais universitários, eles
334 estão sofrendo cortes absurdos das universidades, no estado também existe a possibilidade de também ter
335 cortes. Como esta tendo com a própria EC 95, eu gostaria de pedir inclusive a este conselho inclusive que
336 nos antipaticíssimos, que fizéssemos uma nota com essa preocupação, de mostrar a importância desse
337 trabalho pelas demandas que temos no Paraná inclusive pela violência, que nos não tivéssemos cortes nesta
338 área por que já não temos um atendimento que gostaria e mereceríamos e esses cortes vão tirando cada vez
339 mais da instancia publica e se percebe que precisa de um trabalho feito nesta área. Nós já não temos um
340 atendimento não por causa dos profissionais, mas por falta de recursos mesmo né, nós não temos
341 atendimento que gostaríamos e que mereceríamos. e de repente esses cortes que vem, eles vão tirando cada
342 vez mais da instância pública, acho que esse conselho podia se antecipar e fazer essa recomendação que de

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

343 maneira alguma sejam feitos cortes neste setores prioritários que precisam inclusive de mais recursos não de
344 cortes. A conselheira Marcia, cumprimenta a conselheira Bernadete em primeiro lugar, e expressa sua
345 admiração pela mesma, e fala que até em razão da medida, que realmente teve uma mudança legislativa bem
346 importante em setembro de 2018 que foi a mudança da ação penal pública, de uma pessoa vítima de violência
347 sexual, ação penal pública incondicionada o que causou no momento muito e mal estar para todos nós, por
348 que que essa mulher tem direito a atendimento até a li né, toda atendimento sem a necessidade de ela
349 processar ou ter qualquer iniciativa criminal contra seu agressor, então Inicialmente nós mesmos estamos
350 muito assustados porque eu tenho uma feição pela medicina, por que fui casada com um, então tenho uma a
351 feição assim pelo cuidado com a pessoa, nesse caso fiquei preocupado, com o termo confiança né, eu tenho
352 que poder chegar no meu médico contar qualquer coisa para ele e ele não contar para minha ninguém, muito
353 menos pra minha mãe ,então nós temos 72 horas que nós vamos até alguns problemas, que foi assim
354 Hospital entrava em contato conosco e pedindo as vias para o IML foi acionado e aí nós temos um protocolo
355 que nós não precisamos que a mulher vá fazer o boletim de ocorrência precisamos que ela nos dê os dados
356 para que possamos fazer este boletim, com esses dados a gente possa fazer a percepção posteriormente,
357 até o ano passado fazemos isto se ela autorizasse ou não, a partir de então fazemos isso sem ela nos
358 autorizar, temos que obedecer a Lei, o que nós acabamos no início isso foi um pouco difícil mas depois
359 compreendemos que era necessário que tal qual a notificação é obrigatória quando ela vítima de violência
360 física, é perpetuada dentro do âmbito da lei Maria da Penha e a mulher escolhe lá no fim do informado se ela
361 quer que a notificação seja informada a polícia ou não, então nos mesmos moldes se fará, se ela
362 autorizar que a notificação chegue a polícia ou não, nos entendemos que temos que preservar esta confiança,
363 é claro que também acho que que é o momento de como conversar com esta mulher ,dizendo que houve um
364 conflito mas que teremos que separar assim, medicina é medicina e direito é direito, não podemos invadir o
365 Hospital procurando prontuário , por que a Lei não nos permiti fazer a solução que esta sendo realizada é
366 esta,a solução mais confortável pra quem é nosso interesse, a vitima, aí pegando carona com a Ana Raggio
367 os Rg as Identidade irão sofrer uma alteração na lei de fevereiro de 18,que obriga Até março de 2020 que
368 obriga o País inteiro a unificar o formato dos seus registros, neste momento é permitido que o nome social
369 consta no RG no rosto do RG, quando não é aquela situação que já passou pelo cartório, aproveitando esta
370 mudança, nós estamos buscando fazer mudanças nos boletins de ocorrência para que com que a identidade
371 de gênero até vamos buscar que conste a identidade de gênero, e que também consta no prontuário do IML,
372 por um motivo muito simples, lá nas discussões do GT do feminicídio quando a pessoa entra no IML com
373 aparência Feminina ou Masculina mas é ela anteriormente se definiu com o gênero diferente daquela
374 aparência e ela possa ter isso no prontuário do instituto de identificação, de onde se busca os dados e quando
375 ela auto declara sua cor, ela também auto declare a sua identidade de gênero,nos queremos que conste , por
376 que enteNdemos que os documentos oficiais, tem que se basear em outros documentos oficiais , que não seja
377 só nos boletim de ocorrência como também em todos os documentos que a pessoa precisa se identificar no
378 inquérito policial, por que a gente pensa que vai ter reflexo judicial , por que irão usar esses documentos
379 posteriormente, da mesma forma em outros documento, tivemos ate uma reunião na semana passada no MP
380 sobre isso com eles ,porque realmente estou aprendendo um pouquinho sobre esse negócio de gênero e
381 admitir que eu tô aprendendo mas tenho vontade de aprender então por isso que eu buscando informação e
382 pessoas que entendam, e que posso fazer com que a gente leva as informação aos nossos órgãos judiciais e
383 que Eles possam colocar isso nas nossas documentações, sabemos que não vai ser fácil ensinar as pessoas
384 usar, mas isso vai ser em outro momento mas a gente vai contar com vocês. A conselheira Giana ,fala que se
385 quiserem realmente, podemos fazer em uma outra reunião coisa de 10 minutinhos, se faz uma apanhado
386 geral explicando bem. Alaerte fala que pediu a palavra Bernadete e até conseguir abrir aqui e aí uma parte lá
387 da sua sala quando você fala de um numero de mulheres que procuram atendimento e que não tinham sido
388 vitima de violência , que você citou e eu fiquei muito preocupada com este numero alarmante, nos tivemos em
389 2002 a 2014 aqui em Curitiba e Região Metropolitana entre HC e Evangélico, principalmente o HC que nos
390 atendia, tivemos 131 gestações, 65 aborto legal, 8 abortos espontâneos e 58 mulheres decidiram levar esta
391 gravidez adiante, e da forma como você falou, depôs contra as mulheres e contra toda a nossa luta do
392 movimento de mulher, eu lembrei na sua fala, do juiz Torres quando esteve aqui, que ele citou que as
393 mulheres não são pedra, elas não mentem, e não se programam que vão ter relação esta semana , semana
394 que vem e depois daqui a um mês eu vou lá fazer um aborto, a Conselheira Alaerte pede desculpe mas diz
395 que não vê outra forma de falar , e pede que a Conselheira Bernadete traga um levantamento de quantos
396 casos aconteceram isso, e fala, que quando se fala em atenção ao aborto ou aborto legal ,é meio assustador
397 para as pessoas leigas achando que foi um numero grande, por isso que eu já trouxe aqui que é um numero
398 pequeno e que a nossa grande luta de fato é que as mulheres procurem o serviço até 72 horas ,para não
399 precisar passar por isso ,porém as que precisam, por que já passaram mais de 72 horas, é um numero
400 pequeno de 10,15 casos anualmente em Curitiba e região metropolitana não mais do que isso, então o que
401 você trouxe, surpreendeu o numero de busca, então teríamos que esta fazendo bem este levantamento, e
402 acho interessante e muito boa a ideia da apresentação e talvez ate nesta publicação incluir esta orientação
403 neste sentido ,que o aborto é um aborto legal ,mas que as mulheres fossem buscar o atendimento nestas 72

404 horas e incluir isto neste sentido, por que pareceu que as mulheres estão procurando ir lá para fazerem o
 405 aborto..A Conselheira Bernadete fala que a conselheira Alaerte esta certa, que não seria um numero tão
 406 equivalente, e o que faz efeito e que deu enfase, por que achou que as mulheres não buscavam deste artifício,
 407 por isso acha que se expressou mau e pede desculpas, e informa que as mulheres procurem até as 72 horas
 408 o serviço pra tomar o anticoncepcional e não fazerem o aborto e sim evitar o aborto, fala que este numero do
 409 aborto legal ela não vai ter mas vai tentar trazer, pede desculpas novamente e agradece até a chance de se
 410 retratar, por que em sua ingenuidade ninguém procurava. A colaboradora Helena da OAB , fala que só queria
 411 entender sobre o IML com esta pauta de pessoal, conversas que estão sendo feitas, como é que tá
 412 acontecendo hoje isso, que teve aquele diálogo do ano passado né de alteração, a Conselheira Bernadete,
 413 fala pela SESA que o que se tem é que em algumas regionais, estão mantendo esta coleta de vestígios , e
 414 estão trabalhando com números reais, e que tem casos que são assustadores, mas não são tantos
 415 assim, temos dificuldades em todas as fases, então o que temos é o que a regional me repassa, temos
 416 dificuldade de RH em toda as fases, e esses serviços são monitorados, porém sabemos que aqui em Curitiba
 417 que tem dois médicos peritos da SESA, que estão em processo de aposentadoria e não sabemos como vai
 418 ser este processo de reposição. A colaboradora Helena fala que seria interessante a ideia de fazer a
 419 publicação com os dados de analises no site e que em relação ao gráfico na parte raça e cor , talvez seria
 420 bom converter essa forma de gráfico, para termos uma visão mais real de como essa violência se distribui em
 421 relação a esse aspecto. A conselheira Bernadete fala que este numero foi feito em relação a população do
 422 Estado . A conselheira e vice presidente Carmen encerra o tema, e como proposta sugere que o conselho faça
 423 uma nota desse aspecto manifestando a preocupação com relação à possibilidade de corte de pessoal em
 424 programas essenciais como esse, isso eu acho que vale uma nota enviada a SESA, SESP e ao IML , e a outra
 425 proposta foi da gente tentar fazer um método de análise para postar no site conselho e tambem outra prosta
 426 seria de passar essa resolução da cib que identifica né de liberação das imagens, foi isso né e eu gostaria de
 427 propor que a gente solicitasse uma nova conversa na SESA e no IML sobre este programa, como foi no ano
 428 passado por que tem novo Diretor e tomar ciência de como esta este programa. **Informe da Reunião**
 429 **Ampliada:** A chefe do Departamento MARA fala sobre a reunião ampliada que teve uma mudança nós
 430 mudamos é Nossa isso agora nós vamos para vamos da eleição sobre a reunião ampliada, que houve uma
 431 mudança na última reunião ela ficou para o dia 15 e 16 de julho, porque nós recebemos a visita da Secretaria
 432 Municipal de Guarapuava e ela não poderia participar no dia 17 e 18 como tínhamos marcado, então nós
 433 recebemos a visita da Secretária Municipal de Guarapuava, excelente os programas deles lá são fantástico
 434 acho que a gente vai ter muitas somar com eles, nesse dia também veio uma professora da universidade
 435 centro-oeste e tem um programa Mulher Alerta que deveria ser copiado para todo Paraná porque tá fazendo
 436 maior sucesso e com o resultado bem grande lá em Guarapuava, também recebemos a visita da deputada
 437 Cristina Silvestre e nos trouxe um pedido sobre o Fundo Municipal o fundo estadual para gente apoiar fundo
 438 Estadual que nós estamos estudando de que maneira dá para fazer este aporte com o governo, também
 439 nesse sentido nós tivemos a visita , aliás eu fui convidada a falar com a Deputada Ferderal Leandri, que nos
 440 trouxe a novidade da Procuradoria da Mulher com estudos bem avançados para fazer no estado do PARANÁ,
 441 a Procuradoria da mulher, na Assembleia Legislativa, e também tem um estudo para fazer essa procuradoria
 442 em todos os municípios através da Câmara de Vereadores, então acho que vai ter um grande avanço para a
 443 mulher nesse sentido se for concretizado, eles estão aguardando a visita da Ministra em breve aqui para se
 444 reunir aqui na Assembleia Legislativa e eu acredito que em breve talvez até esse ano tem A Procuradoria da
 445 mulher no Estado, então vai ser um grande avanço com o provavelmente o fundo Estadual, e sobre a reunião
 446 ampliada a Tatiane depois vai passar os gráficos, eu só queria falar como será, onde será, também quero
 447 informar que a gente ganhou o coffee, conseguimos lá com a Secretaria Municipal de Guarapuava, ela vai nos
 448 dar o café, e mas olha que vai ser bem legal, então esperamos que todas possam ir né, quem quiser ir
 449 também vamos de Van, não sei como é que vai ser, a Tatiane depois vai conversar para ver lugar, para todas
 450 de que maneira vai ser, ela vai passar esses informes para vocês, eu queria também falar sobre o Botão do
 451 Pânico, que nós tivemos uma reunião os 15 municípios nós trouxemos aqui os 15 municípios ,o que como
 452 todo mundo sabe o botão do pânico ele foi inventado para 15 municípios mas só nove receberão recursos
 453 esses outros seis municípios que não receberam recursos por favor porque não conseguiram se capacitar,
 454 com licitação, certidões negativas e outras coisas, então eles não conseguiram se capacitar, houve bastante
 455 debate que a Doutora Márcia esteve nessa nessa reunião com os municípios, doutora Ana Carolina, Janaína
 456 alguém mais aqui esteve, houve um debate grande, algumas coisas foram já consertados houve um

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

457 entendimento com os municípios, que está sendo resolvido em parte tem alguns municípios como
458 Apucarana que conseguiu implantar o botão do pânico já está atendendo a 10 mulheres, e Irati também
459 começou a fazer mais atendimentos agora, mas nessa reunião do botão do pânico foi apresentado um
460 aplicativo aqui na SEJUF em parceria com o TJ, com CELEPAR, SESP e SEJUF, então este aplicativo não
461 sei se já falei para vocês esse aplicativo da PM o aplicativo que já está funcionando pela polícia militar ele só
462 vai ser inserido o botão do pânico ele já é um aplicativo com muito sucesso pela PM que em Londrina por
463 exemplo ele disse que consegue chegar em 2 minutos quando a um assalto e nesse aplicativo vai ser então
464 inserido o botão do pânico e vai ser lançado breve aqui, está sendo feito alguns ajustes, ele vai ter o mesmo
465 os mesmos recursos que o botão do pânico, inclusive vai ser gravado áudio, vai poder inserir a foto do
466 agressor, além do que eles estão tentando nesse aplicativo também fazer uma cerca eletrônica para controlar
467 o agressor também no aplicativo, o celular do agressor também vai ser controlado, então tem bastante
468 novidades, mas o que eu queria dizer para vocês sobre alguns municípios que não foram contemplados como
469 que não aderiram ao botão do pânico como Pinhais, Araucária, Campo Largo, ele já tem o botão Maria da
470 Penha que está funcionando muito bem lá com eles, então esses municípios eles não vão mais aderir o botão
471 do pânico, porque não adianta só pegar o recurso aqui, que a função do governo é passar o recurso, mas o
472 que acontece que esses municípios não estão conseguindo se capacitar fazendo a licitação que tá dando
473 confusão, é problema do município, então esses municípios eles não vão querer mais, porque já está sendo
474 bem atendido pelo botão Maria da Penha, então eu acho assim que é um grande avanço a gente saber que já
475 está dando resultado e esse aplicativo do botão Maria da Penha, e quando tiver o aplicativo da PM agente não
476 vai precisar atender só os 15 municípios que foram elencados com o índice de maior violência, a gente vai
477 poder atender todo município que tenha a polícia militar, então acho que vai ser um grande avanço na
478 diminuição da violência a Mulher, a Tatiane vai passar sobre a reunião ampliada para vocês, qualquer dúvida
479 aí vamos respondendo. A conselheira Maria Isabel fala, perguntando com relação a Procuradoria da mulher é
480 A Procuradoria da mulher na Alep não no estado né? a conselheira Mara fala, então por enquanto seria na
481 Alep, mas segunda essa deputada Federal Leandri, lá em Brasília, tá muito avançado o estudo para ela ser
482 para todos os municípios, a conselheira Isabel indaga, sim mas nos parlamentos nos legislativos não no
483 estado, não no executivo,? A conselheira Mara chefe do Departamento fala que sim, era essa é uma dúvida, e
484 a outra segunda é uma dúvida mesmo, que é esse botão Maria da Penha, a conselheira Mara fala que esse
485 botão Maria da Penha, é o mesmo aplicativo que nós vamos lançar pela PM com a PM só que como tem o
486 problema lá do nome a paciente do nome Eles colocaram o botão Maria da Penha mas isso já tá sendo bem
487 discutido e acho que o nosso vai ser botão do pânico mesmo botão do pânico porque não existe essa patente
488 existe a briga pelo nome mas não existe essa parte mas é o mesmo botão que já está funcionando entre as
489 guardas municipais da Região Metropolitana, e tá tendo um excelente resultado, tanto que o Pinhais Campo
490 Largo Araucária esse não precisava do botão do pânico, porque o botão do pânico e ele gera um custo muito
491 alto para o município sabe, para manter esse botão e pela PM vai ser gratuito e se alguma coisa sem custo
492 Vamos torcer para que dê certo, por enquanto o botão Maria da Penha tá sendo da guarda municipal, mas o
493 botão do pânico que vai ser lançado aqui, ele vai ser da PM, mas também vai ser atendido pela guarda
494 municipal, ele vai poder ser atendido pelos dois sabe, mas preferencialmente PM, a conselheira Marcia fala
495 que são projetos diferentes, nos temos aquele botão do pânico emprestado para nós ano retrasado que é um
496 controle remoto, esse é uma situação em que se passaria por um processo se o município aderisse no qual
497 Irati já passou aí o juiz determina quais as mulheres vão ter acesso a esse equipamento, então temos o que a
498 polícia militar apresenta para nós, é o APP 190, dentro do APP 190 que já existe, só não brinque de chamar a
499 polícia, pois já passamos por um problema muito grande com isso, dentro desse aplicativo que qualquer um
500 pode chamar para furto, roubo o que seja, aí a partir do momento que nós estamos introduzindo né, é que se
501 faz o seguinte, a partir do momento que a mulher tem algum procedimento, alguma situação, tipo medida
502 protetiva que isso é uma medida que ela aciona o telefone dela essa informação já apareça para o operador,
503 da mesma forma que hoje aparece, assim não ainda, não só no telefone, mas o que você tem que cadastrar
504 no seu CPF, como todos os nossos situações judiciais são através do CPF, essa informação vai constar lá na
505 árvore do atendimento né, situação dois dentro desse aplicativo que ainda não está em vigência, de que existe
506 um outro momento, não sou boa em informática, acho que se chama aba, não sei como é isso, é que a partir
507 do momento que o juiz determina que essa mulher, além de medida protetiva, e isso seja informado então a
508 polícia militar e banco de dados é do TJ e puxará direto, que isso funcione sim nos mesmos moldes do botão
509 do pânico, é um outro momento no mesmo aplicativo, o que nós tivemos discutindo na reunião posterior com a
510 polícia militar esse respeito, o que fica pontuado pela polícia militar, que temos 25 mil medidas protetivas em
511 todo o estado do Paraná e se colocarmos as 25 mil mulheres nesta situação, não vamos ter atendimento
512 prioritário, vai ter uma bagunça, então seria necessário pontuar quais as mulheres que estariam sem situação
513 de risco, e isso seria pontuado a partir de uma análise e quem iria decidir seria o judiciário, nos estamos
514 trabalhando num formulário para uma avaliação de risco, junto com o ministério público, com o judiciário em
515 outra comissão, para que se consiga pontuar isso e aí seja definido e que a polícia militar possa dizer, que
516 temos condição de razão do nosso efetivo naquela região né vamos supor, que Colombo ou outra cidade mas
517 temos a condição de colocar 20 atendimentos prioritários nesses moldes, no moldes de botão do pânico,

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

518 porque também não adianta colocar em 25 mulheres, ninguém concordo com isso até que se acomodando
519 isso e vai se determinando isso até porque ainda temos que trabalhar isso como projeto piloto são programas
520 diferentes, que não se anulam, mas caminham de forma horizontais, em relação as situações que temos com
521 aplicativos municipais eles funcionam diretamente com as guardas, na situação que temos aqui em Curitiba
522 quando você liga para o 190 ,você tem um link direto com a guarda em razão da patrulha.... isso serão que
523 irão resolver, município por município por que tem município não tem guarda, tem município que tem guarda
524 mas não tem patrulha, a principio será o que a polícia militar pode atender em cada município um piloto neste
525 sentido para que agente aprenda a trabalhar com isso, são programas que caminham paralelos, o da polícia
526 militar esta bem adiantado no ponto de vista de tecnologia, sendo necessário fazer os convênios para que isso
527 funcione, a outra situação e determinada pelo tribunal e ai essa situação de gravação e outros dados que
528 estão pontuando na parte de TI. A Conselheira Mara fala que o interessante é que este aplicativo vai funcionar
529 como botão de emergência da PM, a mulher não precisa ter crédito, não precisa ter internet, acho que irá ter
530 um bom resultado. A conselheira Giana fala, que só para lembrar de dois pontos que 1 que reter ou destruir o
531 celular da mulher faz parte da atitude do homem e não podemos se ater somente a um celular, aliás isso e a
532 situação mais comum de a mulher esta sem celular por que isso faz parte de uma das violências de um
533 homem por que o ele pegou ou destruiu, e do próprio acesso da mulher a ter um celular, e outra situação para
534 que se converse com o judiciário que quando na medida protetiva, para que o agressor tenha acesso para que
535 ele saiba quais são as limitações que ele tem, para não se fazer um aplicativo que da ideia para o homem de
536 tirar o celular, esconder e tudo mais, temos que saber quais são as limitações que ele tem e temos que tomar
537 cuidado para eventuais dispositivos de proteção para a mulher ,temos que pensar, que é legal, se na medida
538 protetiva vai fazer parte e dar direito a mulher ter um aplicativo, a conselheira MARA, fala que na verdade este
539 é um plano piloto e esta sendo estudado para ser o melhor, e uma das medidas é a cerca eletrônica que eles
540 querem construir, cadastra o celular do agressor e se ele chegar a 500m a polícia também recebe o sinal,
541 outra coisa é que o botão do pânico ele também pode roubar o botão dela né, porque ele sabe que ela tem a
542 medida ele vai direto no botão,e outra coisa também quando o agressor é cadastrado ele tem que
543 periodicamente avisar a polícia tem que emitir um sinal onde ele tá, e tem que avisar a polícia, assim como se
544 for roubado o celular da mulher e ele tiver sem nenhum sinal a polícia também vai sabe, em tempos e tempos ,
545 isso esta sendo estudado, tem uma equipe bem grande da SESP que está cuidando disso, é mais uma
546 medida, porque se eles estão tentando de todas as maneiras, que a gente viu o problema do botão do pânico
547 dos Municípios adquirirem e manterem e depois esse aluguel que é caro né, e se você tem mais uma medida
548 que possa atingir os 399 municípios né, mas assim toda sugestão acho que tem que mandar todas as
549 sugestões muito bem-vinda, a conselheira Marcia, fala que é um instrumento a mais que a mulher tem para se
550 defender, em relação a decisão que tem esse conversado e sentido aqui na decisão da medida protetiva não
551 pode se falar nada, não há porque constar que as medidas que vem na medida protetiva é onde ele deve se
552 restringir, ele ou ela o agressor deve se restringir então não há porque constar uma medida favorável a ela na
553 medida protetiva, naquela que ele toma ciência. A conselheira Marcella fala de uma dúvida sobre o funfo
554 estadual do conselho da mulher, assim como o CEDCA tem um?, Mara dia que ainda não sabe ainda e por
555 isso estão tentando vê de onde vai tirar este aporte com o governo e que por isso se vier esta Procuradoria da
556 Mulher seria bem mais fácil e bem legal, Marcella Camargo fala que como temos contato com um deputado
557 estadual e a gente comentou isso com ele, que nós temos interesse, e a gente ia trazer isso para vocês
558 enquanto conselho, da construção de um fundo, assim como a secretaria as organizações aqui presentes,
559 também tenho interesse de fazer um trabalho cada vez mais efetivo isso facilitaria muito, então ele se colocou
560 a disposição e o caminhamento seria nós enviarmos um ofício a ele para que ele possa fazer o pedido, Mara
561 fala que já tem vários também pedindo né, eu acho que é necessário como a secretária de Guarapuava falou
562 que casas de acolhimento por exemplo a gente só tem o financiamento dependemos da assistência social
563 para casa de abrigo para atendimento de mulheres um fundo é necessário, eu acredito que deve sair, porque
564 o idoso já saiu, a criança saiu, só a mulher não tem fundo né, Marcella fala: a gente tem que lutar por isso, fazer
565 uma solicitação do conselho e diz que é importante, neste momento se pronuncia a assessora da Deputada
566 cantora Mara Lima desejando bom dia a todos e informando que ela é presidente da comissão de defesa dos
567 direitos da mulher na ALEP e diz que ela pediu para vir aqui né informa que todo encaminhamento que for
568 solicitado através da Assembleia, a gente vai fazer nós fizemos uma audiência pública sobre a violência contra
569 a Mulher no finalzinho de Março nós tivemos várias solicitações e uma delas inclusive era incluir o IML dentro
570 da casa da Mulher Brasileira, porém uma visita que a comissão fez lá , fomos informado que o IML não seria

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

571 tão importante quanto uma enfermaria para entender essas mulheres então esta sendo novos estudos e foi
572 encaminhada solicitação então a deputada deixa tudo bem aberto para que haja os encaminhamentos para
573 que faça as solicitações junto ao governo do estado, em relação ao aplicativo, ela em fevereiro fez o projeto de
574 Lei justamente que é o aplicativo salve Maria né, que o governo foi mais a frente e lançou o aplicativo que
575 ajuda bastante agente sabe, e deixa aberto para quem quer conhecer a comissão e que as solicitações podem
576 ser feitas através da comissão, que a gente consegue dar um andamento encaminhamento mas rápido e ágil,
577 em relação a procuradoria, que até agosto agente consegue deixar tudo certinho né, mas a gente avisa vocês,
578 a conselheira Carmen fala que gostaria de fazer um adendo, dizendo que dentro do conselho nunca
579 discutimos sobre a criação do fundo e que seria a hora desta discussão e que deveria se criar uma comissão
580 para se discutir sobre o fundo, por agente tá acostumada que muitas vezes os deputados com as melhores
581 das boas intenções eles criam algumas coisas que depois pela falta da gente azeitar como que funciona a
582 coisa acaba às vezes sendo mais complicado e depois ser consertado que fica difícil, então até a gente acha
583 ótimo a tua presença aqui e gostaríamos de ter uma relação mais próxima para a gente possa discutir
584 algumas coisas né porque assim aqui tem não só pessoas do movimento social mais pessoas do próprio
585 executivo que tem experiência no trabalho, então algumas coisas a gente já sabe olha isso tipo assim fazer
586 uma enfermaria na casa da mulher brasileira não tem nada a ver, que a gente fica replicando coisas que
587 depois não tem estrutura para manter, tipo o IML dentro também da casa da mulher brasileira também não
588 seja ,sabe então pois assim que a gente por ter tido um percurso grande e conversa e muitos atenderam
589 lugares sabe né que a gente realmente afinasse pouco mais essas propostas, em relação ao fundo eu acho
590 que a gente podia montar um grupo de trabalho para pensar isso, senão a cada um faz uma ideia a cabeça e
591 a coisa, pode não ir, as conselheiras falam e concordam com a criação do fundo e inclusive que o fundo dará
592 liberdade para realizar muitas coisas em prol das mulheres, a Andrea, assessora da Deputada fala que faz a
593 sugestão de colocar em pauta enquanto conselho e enquanto ALEP, para que realmente de andamento
594 quanto ao fundo e quanto as solicitações para criar corpo de verdade, para que as coisas andem como tem
595 que andar, pois as coisas da mulher acaba seja deixada de lado e que a Deputada inclusive luta para que
596 tenha uma secretaria da mulher, por que as pautas são grande e muitas e acredita que possa formar uma
597 comissão daqui e da ALEP para que se discuta dentro da comissão da mulher e dar andamento das questões,
598 a Conselheira Marceli pergunta se existe a possibilidade de criar uma comissão para chamar junto a ALEP, a
599 conselheira Carmen, informa que pode sim e que não existe nenhum impedimento e que precisa formatar
600 mais com a presença da Alep e ter um posicionamento como coletivo e formar um conteúdo para acelerar
601 isso, fica acordado, vai se criar uma comissão do fundo depois da Reunião ampliada para a criação do fundo e
602 demandas para a ALEP. **Reunião Ampliada:** A Conselheira e técnica do DGDM Tatiane, inicia com as
603 informações de proposta de programação, feito juntamente com a vice presidente Carmen e pede a
604 colaboração das conselheiras para contribuições sobre o título e outros. A proposta do dia 15 e 16 de julho, na
605 cidade de Guarapuava, no local para 110 até 120 pessoas, com o título de I Encontro Estadual dos Conselhos
606 Municipais dos Direitos da Mulher ou I Encontro Estadual de Fortalecimento da Política da Mulher e das
607 Instancias Municipais de Controle Social, pede a opinião de todas. Mara sugere o segundo título, Maria Isabel
608 fala que não poderá ser um encontro Estadual porque não se chamará todo o Estado, sugere-se que seja só
609 os municípios que estão em volta de Guarapuava. Carmen fala que pode ser Estadual e estende-se para os
610 outros municípios. Maria Isabel fala que não será um encontro e sim uma reunião ampliada, por isso não
611 concorda com o nome de encontro estadual. Fica-se acordado com o título de 1ª Reunião Ampliada
612 Descentralizada do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, a Conselheira Tatiane informa que se terá um
613 dia e meio para organizar a reunião e que de inicio seria a reunião do conselho pela parte da tarde do primeiro
614 dia, porque sairia de Curitiba pela manhã. A pauta ainda sem definição, com a confirmação apenas do
615 credenciamento às 13h,e às 13h30, teria início a reunião sucedida com uma pausa para o café, que fora
616 gentilmente cedido pela prefeitura de Guarapuava. O café da manhã já seria disponibilizado a partir das 8:00h
617 da manhã. A reunião fica, assim, programada para durar até 17h30 ou até terminar (com possibilidade de o
618 tempo ser estendido). Já no dia seguinte, a reunião passa e um encontro estadual para um encontro regional,
619 contudo, mantém-se o mesmo nome, com início às 8h50 da manhã para os municípios participantes. Os
620 primeiros 15 minutos da reunião conterão apresentações culturais locais e às 9h30 a Mara inicia com uma fala
621 acerca das políticas para mulheres no Paraná e logo a Carmen passa a conduzir o debate como a palestrante
622 magma do evento. Levanta-se o questionamento do porquê de tão brevidade da fala da Mara e se haverá
623 apresentação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. Em resposta, procura-se elucidar que a
624 realização de um plano novo vem sendo feita e que não há mais impressões do plano disponíveis. Ressalta-se
625 que o que há de concreto e mais importante enquanto conselho é elaborar e monitorar a execução do plano,
626 logo, uma reunião ampliada pede-se que se trabalhe isto e, mesmo que não haja planos impressos, elucidar
627 que há um plano em vigência e expôr uma imagem dele projetada e o presente. Para que isto aconteça, a
628 fala da Mara ampliou-se, para que também se conheça a presidenta do conselho. A Laerte solicitou também
629 uma inclusão de pauta com a temática da mulher negra, haja vista que no dia 25 de julho celebra-se o Dia da
630 Mulher Negra Latina e Caribenha. Ficou estipulada, assim, uma fala com duração de 30 minutos acerca do
631 assunto. O cronograma ficou então estabelecido com a fala da Carmen, sobre o Conselho Estadual dos

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

632 Direitos da Mulher e importância do controle social, mais uma hora de fala da Secretária Municipal de
 633 Guarapuava, ficando-se a decidir se se a discurso seria a respeito do Projeto Florescer ou da Mulher Alerta ou
 634 se mesclaria os dois assuntos (mais a experiência no projeto de gestão), já a tarde acontece o processo de
 635 trabalho de grupo com a ideia de se trabalhar a questão das dificuldades e avanços no processo da
 636 implementação na construção da política à nível de gestão e o processo de conselhos, ficando-se dependente
 637 da quantidade de pessoas presentes para a divisão dos grupos. A princípio, haveria também oficinas: na
 638 primeira, com foco onde existe a política da mulher e o conselho, trabalhar-se-ia no debate as dificuldades no
 639 processo da execução e a avaliação das conquistas obtidas com a política, enquanto nas outras, que não
 640 possuem, pensar nos entraves e dificuldades para tal implementação. Sugeriu-se que se estipulasse algumas
 641 perguntas norteadoras para gerir o debate e orientar as quatro orientadoras distribuídas. Após isso, pensou-se
 642 na readequação dos horários da manhã, com a remoção da abertura do de debate e/ou questionamentos, que
 643 ocorreria após as primeiras fala, para a inclusão da fala acerca da mulher negra e a readequação também do
 644 intervalo do *coffebreak*, que passa a ser integrada ao espaço de integração das oficinas. Acerca ainda da
 645 reunião, pensou-se acerca das vagas, em que se propôs: concentrar as vagas na região de Guarapuava, com
 646 seus 14 municípios, mais a região de Irati e a de Laranjeiras, com vagas reservadas para o conselho Municipal
 647 de Assistência Social. As vagas ficariam divididas com 28 vagas para o conselho estadual dos direitos da
 648 mulher, 46 para o conselho municipal, 20 para os gestores, 23 para os técnicos e uma para o Ministério
 649 Público local 1, totalizando 118 vagas; por representação por região seriam 74 vagas para Guarapuava, 8 para
 650 Irati, 8 também para Laranjeiras e CEAS com 28. As inscrições aconteceriam via ESEHD, o centro de
 651 formação. Em relação à locomoção ao local do evento, Juiana Muller relata que o transporte das
 652 governamentais aconteceria de van, com saída por volta das 7:00h da manhã, enquanto as não-
 653 governamentais se locomovem via cartão, de ônibus. Já as conselheiras governamentais das outras
 654 secretarias, que não a SEJUF, iriam por conta da secretaria correspondente e as conselheiras da Sociedade
 655 Civil procedem com a solicitação da viagem: uma solicitação simples onde informa-se o itinerário, constando a
 656 data de saída e de retorno e o local, além de informar o valor da passagem; os dados são inseridos no sistema
 657 da central de viagens, onde é gerado o valor da diária. Desta maneira, a conselheira recebe por passagens,
 658 diária, táxi e alimentação, com a prestação de contas através apenas dos recibos dos bilhetes das passagens
 659 e os recibos de táxis. Para as que optam por viajar de carro, permite-se solicitar apenas diárias e alimentação.
 660 Após esclarecimentos, há tencionamento das presentes acerca do horário, visto que é necessário entender a
 661 dinâmica dos demais municípios, além da sede Guarapuava, que não têm condição de ir e voltar. E o retorno
 662 das conselheiras ficou estabelecido para ser de ônibus, a fim de que haja maleabilidade com o horário, pois a
 663 van não é permitida de rodar após as 19hrs. **Informes Sobre Eleição e Comissão:** Conforme aprovado na
 664 reunião extraordinária de 29 de Maio, o edital de eleição do processo eleitoral da Sociedade Civil do conselho
 665 biênio 2019-2021, foi aprovado e encaminhado, às conselheiras via e-mail, aos escritórios regionais via ofício
 666 circular e aos conselhos municipais que se tem contato – pra divulgação e mobilização. Edital também
 667 disponível no site do conselho. No edital consta o resumo do cronograma dos prazos da eleição, para que se
 668 tenha controle dos envios dos documentos. O prazo de inscrição é do dia 5 de Junho ao dia 8 de Julho, o
 669 prazo para o escritório regional gerar os protocolos digitais das solicitações de habilitação no dia 9 julho e
 670 análise da comissão eleitoral 10 de Julho até 16 de Julho. Com a data da reunião ampliada coincidindo, fica-se
 671 previstos antecipar as análises para prontidão até o dia 13, a fim de que não se altere datas. A eleição ficou
 672 prevista para realização via plataforma online, no dia 7 de agosto, das 12:00h às 17:00h. E, como aprovado,
 673 no dia 7 de agosto pela manhã, das 9:00h às 11:00h, fica registrado às entidades candidatas um tempo de
 674 exposição. Com o princípio da regionalização, tal período de exposição realiza-se via videoconferência pelos
 675 escritórios regionais de referência. Todos os detalhes estão descritos no edital. Abriu-se espaço para 13
 676 vagas, sendo elas: 1 para instituições de ensino, 4 para associações e 8 para movimentos. Poder-se-ia
 677 realizar a inscrição através do e-mail eleicaoocdm2019@seeds, pelos escritórios regionais ou via correio. A
 678 composição da comissão ficou com 1 representante da SEAF, 1 representante da Rede Feminista de Saúde e
 679 2 representantes da SEJUF. Fica a reunião da comissão agendada para o dia 10 de Julho das 9:00h às
 680 16:00h. Fica da publicação do resultado final reservada para o dia 9 de agosto, com um mês para se
 681 providenciar o decreto das novas conselheiras, com estas tomando posse, desta maneira, na reunião de
 682 setembro de 2019. **Informes sobre o Protocolo de Revisão do Femicídio:** Dada a extensão que a reunião
 683 já ocupava, optou-se por tratar de tal tema de maneira enxuta, com um informe, que diz respeito à revisão do
 684 protocolo. A revisão é feita por todas as instituições que colaboraram com o protocolo no ano passado, onde

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

685 há a revisão de todos os pontos. Segue-se o processo de reestruturação. Um certo atraso no processo de
686 revisão se deve prioritariamente pela mudança de direção de duas instituições participantes, O IML e a
687 Criminalística. No entanto, com o desenrolar do processo, o protocolo estará já refeito. **Palavras da**
688 **Conselheiras:** Inicia-se as discussões com o relato sobre o 25 de Julho, Dia das Mulheres Negras Latinas e
689 Caribenhas, com uma solicitação de desenvolvimento de atividades sobre o tema em qualquer dos dias de
690 Julho. A esse respeito, expõe-se organização de uma atividade do CONSEPIR com o Governo. Outra questão
691 relatada tem origem na Conferência Sobre a Mulher, pois aconteceu uma reunião nacional sobre o conselho e
692 determinada conselheira presente relata o não recebimento de nenhuma informação acerca da reunião. Em
693 conversa com a presidente do conselho nacional, soube-se que há o indicativo para que se façam
694 conferências municipais neste ano, a estadual no início do ano e a nacional no segundo semestre do ano que
695 vem. Sabe-se também que na reunião tratou-se mais de questões financeiras. Mais um ponto abordado é a
696 criação do Dia Nacional Contra o Aborto; o conselho discutiu o tema e enviou solicitação para debater o caso
697 com o deputado que elaborou a lei e pedir para que retire a temática de pauta, ainda assim, mesmo com
698 tencionamento, a pauta passou e foi aprovada, estando em vigência para aprovação do Governador. O
699 questionamento agora é se haverá algo de parte do conselho a se propor ao governador. Solicita-se que se
700 faça o intermédio com o Secretário para que ele estabeleça contato com o Governador para lidar a respeito
701 deste tema, para que, assim, impeça a progressão do retrocesso através desta lei. Aponta-se, ainda, na
702 discussão que uma das questões é a ambiguidade da lei que enfraquece um direito constitucional da mulher
703 que se estabelece ao se tratar de maneira ultraconservada acerca do tema. Então, pede-se cuidado ao
704 expressar o assunto, no sentido de demonstrar que o interesse no tratamento é uma questão de direitos, não
705 só de princípios. A operacionalidade então fica decidida em conversar imediatamente com o secretário e, se
706 possível, com redição de ofício. Reitera-se, ainda, a função de aconselhamento do Conselho, no caso
707 específico, Conselhos dos Direitos da Mulher, que deve lidar diretamente com esses casos. Dá-se encerradas
708 as discussões, com perspectiva de voltar a retomar o assunto com urgência em breve. **Encerramento:**
709 Agradece-se a presença de todas e a reunião é encerrada. A presente Ata foi lavrada pela Servidora Jane
710 Vasques. E após aprovada, será publicada no DIOE e inserida no site do CEDM/PR.

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721